

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE
ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS OPERACIONAIS E SERVIÇOS
ASSOCIADOS PARA EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

[2022_073CP]

RESPOSTA AOS PEDIDOS SOB A FORMA DE ESCLARECIMENTOS

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS N.º I

Questão n.º I

“Lote 3 – Foi-nos reportado por alguns fornecedores que não é possível colocar “proteção da caixa de carga em polietileno” em veículos de 5 lugares, devido ao reduzido espaço de carga. Solicitamos o vosso esclarecimento relativamente à possibilidade de exclusão deste opcional.”

Resposta n.º I

Considerando que não é possível a colocação do revestimento na área de carga, foi retificado o **Anexo VII** ao Caderno de Encargos, suprimindo a solicitação “Proteção da caixa de carga em polietileno” no veículo do Lote 3 “Ligeiro de Passageiros - Pequeno Furgão de Passageiros (5 lugares) – Elétrico”.

Questão n.º 2

“Atualmente, a generalidade dos veículos a diesel integra a tecnologia Diesel SCR (Selective Catalytic Reduction ou Redução Catalítica Seletiva) que permite, a partir da injeção do líquido AdBlue num catalisador, reduzir as emissões de gases poluentes gerados no processo de combustão. O AdBlue é um líquido consumível, que deve ser atestado com alguma regularidade, contudo, não está contemplado no plano de manutenção preconizado pelos fabricantes de automóveis. Solicitamos por isso esclarecimento relativamente à inclusão deste consumível no âmbito do presente procedimento (nos lotes em que se aplica), com o respetivo acréscimo de custo na renda mensal.”

Resposta n.º 2

Cumpre-nos esclarecer que, conforme ponto 2 da cláusula 20.^a do respetivo caderno de encargos do procedimento “[...] São considerados serviços associados para efeitos dos contratos a celebrar, os serviços de gestão da encomenda, gestão da entrega, gestão de documentação relativa ao veículo, gestão da manutenção, gestão de pneus, gestão da Inspeção Periódica Obrigatória (IPO), Centro de Apoio ao Condutor, Assistência em Viagem disponibilização opcional de viatura de substituição, gestão de coimas e gestão da terminação/restituição [...]”.

Por sua vez, conforme ponto 6 da mesma cláusula, os serviços de gestão da manutenção consistem em assegurar as intervenções de manutenção preventiva e corretiva, cumprindo os requisitos do n.º 2 da Cláusula 21.^a do Caderno de Encargos:

“[...] a) Ser realizadas segundo as normas do fabricante, assegurando que cumprem todos os controlos, exigências necessárias para a circulação do veículo em condições de segurança e de acordo com as imposições legais em vigor. [...]”.

“[...] b) Os serviços de manutenção dos veículos de motorização a gasóleo, não incluem a reposição do líquido AdBlue, uma vez que não faz parte do plano de manutenção preconizado pelos fabricantes de automóveis, não se enquadrando nas exigências fixadas na alínea anterior, pelo que não deverá constar nos requisitos obrigatórios da prestação de serviços, nem transpostos quaisquer encargos para a proposta. [...]”

Portanto, a reposição do líquido AdBlue não se enquadra nas exigências fixadas nas alíneas transpostas nos parágrafos anteriores, não deverá constar nos serviços objeto do presente contratar, nem transpostos quaisquer encargos para a vossa proposta.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS N.º 2

Pese embora o “Pedido de Esclarecimentos/Erros e Omissões” apresentado pelo interessado seja extemporâneo, considerando a pertinência das questões nele abordado, o Júri esclarece que:

Questão n.º 1

“Se por motivo imputável ao adjudicatário não for possível respeitar o prazo máximo indicado no Caderno de Encargos, poderá este ser prorrogado devidamente fundamentado numa declaração do fabricante que **comprove a impossibilidade do fornecimento dos veículos no respetivo prazo** que será tacitamente aceite e não serão aplicadas quaisquer **penalidades/sanções**?”

Resposta n.º 2

Estamos cientes das implicações que a conjuntura atual tem provocado no setor automóvel, designadamente no atraso das produções e consequências no fornecimento, essa preocupação está vertida na alínea a) da cláusula 24.^a do Caderno de Encargos, em que a entrega das viaturas

à entidade adjudicante deve ser realizada no prazo máximo de **270** (duzentos e setenta) dias úteis contados após a assinatura dos respetivos contratos.

Todavia, caso haja um atraso não imputável ao adjudicatário não serão aplicadas sanções, desde que, as entidades adjudicantes sejam devidamente e atempadamente informadas das datas previstas do fornecimento das viaturas, podendo ser apresentada uma declaração do fabricante que comprove a impossibilidade do fornecimento dos veículos no prazo previsto.

Questão n.º 2

“Qual a data que a Entidade Adjudicante concluirá o processo de adjudicação? Esta informação é muito importante obter na medida em que temos que prever com a maior exatidão possível qual o tempo que o processo acarretará dado os eventuais constrangimentos de preços que possam advir com os fornecedores.”

Resposta n.º 2

Tratando-se de um procedimento pré-contratual com recurso ao Concurso Público com publicidade internacional, estamos sujeitos ao cumprimento dos prazos previstos no Código dos Contratos Públicos, assim, se o processo decorrer sem quaisquer oposições, antecipamos a adjudicação para meados do mês de outubro de 2022.

Questão n.º 3

“No final dos contratos as empresas adjudicatárias do Grupo Águas de Portugal, tratarão a suas expensas a remoção vinílica dos veículos, ou essa operação corre por conta da Entidade Adjudicatária, naturalmente com custo refletido nas rendas?”

Resposta n.º 3

No final de cada contrato individual de AOV, compete a cada uma das entidades adjudicantes devolver à locadora a viatura nas melhores condições, tal implica a remoção vinílica por conta das empresas, eventualmente em situações excecionais em que a remoção possa não ter sido assegurada, será incluído no âmbito do acondicionamento da viatura, débito a suportar pela entidade adjudicante sobre a forma de serviços não contratados (SNC), pelo que a renda a propor não deverá contemplar esta questão.

Questão n.º 5

“O sistema mencionado (telemática) será da inteira responsabilidade do Adjudicante que fará a contratação direta, compra e pagamento, junto de um fornecedor por si escolhido e tratará pelos seus meios da gestão e manutenção dessa ferramenta sendo que os concorrentes não incluirão esse componente em nenhum dos seus serviços e não terão acesso a qualquer tipo de dados pessoais.”

A instalação deste equipamento poderá originar por parte das marcas a recusa em assumir qualquer reparação manutenção ou revisão ao abrigo da garantia contratual prestada pelo fabricante.

Os dispositivos em cada veículo deverão ser desligados antes da sua restituição ao Adjudicatário e retirados dos mesmos veículos por conta e encargo do Adjudicante, as empresas do Grupo Águas de Portugal.”

Resposta n.º 5

Pretende-se que apenas seja autorizada a instalação de eventuais equipamentos de telemática, com recurso a soluções não intrusivas, de modo a não danificar o veículo, privilegiando tecnologias de recolha de sinais por indução, conforme previsto no ponto 2. da cláusula 18.^a.

À semelhança da remoção dos vinis, a entidade adjudicante deverá restituir a viatura no final do contrato sem qualquer dispositivo instalado, pelo que o vosso entendimento está correto.

O serviço de telemática não faz parte dos serviços associados ao aluguer operacional de viaturas (AOV), objeto do presente procedimento.

Lisboa, 02 de setembro de 2022

Em substituição do Presidente do Júri,

Conceição Gonçalves
Vogal efetivo